PROJETO DE LEI Nº 1847/2024

Estabelece regime de transição para a contribuição substitutiva prevista nos arts. 7° e 8° da Lei n° 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e para o adicional sobre a Cofins-Importação previsto no § 21 do art. 8° da Lei n° 10.865, de 30 de abril de 2004; altera as Leis n°s 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.779, de 25 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.988, de 14 de abril de 2020; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei n°s 1.737, de 20 de dezembro de 1979, e 2.323, de 26 de fevereiro de 1987, e das Leis n°s 9.703, de 17 de novembro de 1998, e 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei n° 12.099, de 27 de novembro de 2009.

EMENDA	N°

Dê-se ao caput do art. 4º do Projeto de Lei nº 1847/2024 a seguinte redação:

"Art. 4° A partir de 1° de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2027, a empresa que optar por contribuir nos termos dos arts. 7° a 9° da Lei n° 12.546, de 14 de dezembro de 2011, deverá firmar termo no qual se compromete a manter, em seus quadros funcionais, ao longo de cada ano-calendário, quantitativo médio de empregados igual ou superior a 90% (noventa por cento) do verificado na média do ano-calendário imediatamente anterior."

JUSTIFICATIVA

A emenda tem como objetivo tão somente recompor a cláusula do relatório do senador Jaques Wagner que estabelecia a necessidade de manutenção de 90% do quantitativo médio de empregados do ano anterior.

Se o objetivo propalado dessas desonerações é justamente viabilizar a manutenção dos empregos gerados pelos setores, nos parece razoável que seja imposta uma contraprestação social e econômica sob a forma de concessão de estabilidade de emprego para se ter o direito de usufruir de tal benefício.

Sala das Sessões, em Sala das Sessões, em

Erika Hilton Líder Federação PSOL/REDE







Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Da Sra. Erika Hilton)

Estabelece regime de transição para a contribuição substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e para o adicional sobre a Cofins-Importação previsto no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.779, de 25 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.988, de 14 de abril de 2020; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 1.737, de 20 de dezembro de 1979, e 2.323, de 26 de fevereiro de 1987, e das Leis nºs 9.703, de 17 de novembro de 1998, e 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei nº 12.099, de 27 de novembro de 2009.

Assinaram eletronicamente o documento CD248248904500, nesta ordem:

- 1 Dep. Erika Hilton (PSOL/SP) Fdr PSOL-REDE LÍDER do Bloco Federação PSOL REDE *-(p 119782)
- 2 Dep. Afonso Motta (PDT/RS) LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD *-(p_5870)

^{*} Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

